

Processo Administrativo nº 002/2024
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 002/2024

O **MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Vitória 503, centro, através do Agente de Contratação, nomeado pelo Decreto nº 017/2024, de 27 de janeiro de 2024, em conformidade com a Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 009/2024 que regulamenta a dispensa de Licitação, realizará Processo Administrativo do tipo Menor Preço por Item, nas condições fixadas nesta justificativa e anexos.

1. DO OBJETO

A presente Dispensa de Licitação, tem por objeto o repasse financeiro para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIRIOS, para o exercício de 2024, conforme definido em Ata nº 007/2023 da Assembleia Geral do CIDIRIOS do dia 14 de dezembro de 2023.

Constitui o objeto do CIDIRIOS o desenvolvimento, a implantação e a manutenção da infraestrutura rodoviária urbana e rural dos municípios consorciados.

Para tanto, observará os limites constitucionais e legais, bem como uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, do patrimônio urbanístico comum dos entes consorciados; O Município de Lajeado Grande é consorciado do CIRIDIOS conforme Lei Municipal nº 807/2021 que autorizou o ingresso do município, de acordo com condições pré-definidas em Protocolo de Intensões.

2. DOS OBJETIVOS E FINALIDADE DO CONSÓRCIO

Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS - CIDIRIOS, tem por finalidade:

- I – Contratação e/ou execução de serviços de infraestrutura rodoviária urbana e rural para os entes consorciados;
- II – Instalação de usina de beneficiamento asfáltico e britagem;
- III – Gestão associada de serviços públicos decorrentes do consórcio;
- IV – Prestação de serviços, inclusive de assistência técnica e execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes associados;
- V – Produção de informação ou de estudos técnicos;
- VI – Desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para aquisição de matéria prima, materiais e/ou equipamentos para atendimento do objeto do consórcio;
- VII – Criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

Para cumprir as suas finalidades, o CIDIRIOS poderá:

- I – Adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;
- II – Firmar convênios contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados;
- III – Prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente

Processo Administrativo nº 002/2024
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 002/2024

Estatuto a seus consorciados;

IV – Requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, da Federação Catarinense dos Municípios FECAM e das Associações de municípios, para integrem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIDIRIOS;

V – Realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados mediante autorização e adesão do município;

VI – Contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei 14.133/2021.

VII – Representar os municípios que o integram perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio; VIII – Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que venham a ser criados e que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados.

3. DO FUNDAMENTO DA DISPENSA

A contratação para a realização de ações de interesse comum será formalizada entre o Município de Lajeado Grande e o CIDIRIOS, dispensada a licitação, nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, que dispõe: “para celebração de contrato de programa com ente Federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizados em contrato de consórcio ou em convênio de cooperação”, além das disposições legais estabelecidas no art. 241 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, pelo art. 41, III e IV, da lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), Protocolo de Intenções, ratificado pela Lei Municipal nº 807/2021, que gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa, o PPA, LDO e LOA deste município, bem como o teor das cláusulas deste Contrato Administrativo de Rateio.

4. DA CONTRATADA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS – CIDIRIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ Nº 42.973.647/0001-40, com sede administrativa na Rua Zanela, 818, Andar 01, Centro, Ipuacu/SC, CEP 898932-000.

Representante Legal: Rafael Calza, brasileiro, casado, Prefeito de Bom Jesus, portador do CPF nº ***.915.***-21.

5. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total estimado para contratação dos serviços, objeto desta dispensa de licitação, é de R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas de R\$10.300,00 (dez mil e trezentos reais), pagos sempre ao final de cada mês, além e uma parcela referente à modalidade de investimento, que será transferida ao consorcio até o dia 29 de fevereiro de 2024 no seu valor integral de R\$13.000,00 (treze mil reais).

Processo Administrativo nº 002/2024
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 002/2024

Os valores para o exercício de 2024 foram aprovados em Assembleia Geral do Consórcio Público, realizada em 14 de dezembro de 2023 Ata nº 007/2023

A despesa do referido serviço se dará por meio das dotações orçamentária:

05.001 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
69 – 31.71.00.00 – R\$77.500,00
70 – 33.71.00.00 – R\$25.500,00
72 – 44.71.00.00 – R\$13.000,00

Os valores expressos nesta Cláusula, poderão ser alterados na vigência do contrato, com necessárias justificativas, que deverão ser estabelecidas em Termo Aditivo, e posteriormente convalidado pela Assembleia Geral do Consórcio.

6 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no inciso V do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para comprovação dos documentos de habilitação a lei 14.133 prevê o seguinte:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

No caso em tese, a administração exigiu apenas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, considerando que o Consórcio foi criado com fim específico, e para atendimento exclusivo aos entes federados a ele.

7. CONCLUSÃO

Em razão ao procedimento, verifica-se que restou comprovado todos os requisitos para a contratação do serviço mediante a Dispensa de Licitação, podendo a Administração prosseguir com o ato sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Desta forma a Agente de Contratação manifesta pela possibilidade de contratação da empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS – CIDIRIOS, podendo ser contratado pelo critério de Dispensa de Licitação, artigo 75, inciso XI da Lei Federal 14.133/2021, para o qual solicitamos a possibilidade de viabiliza-lo, com a Autorização da autoridade competente para a contratação do serviço, assim como dos demais atos.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar o referido Consórcio, relativamente a contratação dos serviços, é decisão discricionária da autoridade



Processo Administrativo nº 002/2024
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 002/2024

competente optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Lajeado Grande, 29 de janeiro de 2024.

CLODOALDO SQUINA
Agente de Contratação

Processo Administrativo nº 002/2024
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 002/2024

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso XI, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, RATIFICAR e AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 01/2024, de Dispensa de Licitação nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.

Lajeado Grande, 29 de janeiro de 2024.

ANDERSON ELIAS BIANCHI
Prefeito municipal